



Comunicado de Imprensa N.º  
PARA DISTRIBUIÇÃO IMEDIATA

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C., 20431 EUA

### **Comunicado de Imprensa à conclusão de uma Missão do FMI a Moçambique**

Esteve em Moçambique uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), liderada pelo Sr. Jean A. P. Clément, que, em 28 de Março de 2007, fez a seguinte declaração:

“Uma equipa do FMI esteve em Moçambique de 14 a 28 de Março de 2007 para efectuar uma revisão do programa económico de Moçambique e para discutir o reiterado apoio às reformas em curso no país. O referido programa de reformas deverá ser endossado pelo Conselho Executivo do FMI, em Junho de 2007.

“Inicialmente, a missão expressou profundo pesar aos familiares das vítimas das graves explosões ocorridas na quinta-feira anterior em Maputo.

“O desempenho económico em 2006 foi marcante. A taxa de crescimento subiu para 8,5%, impulsionada pela retoma da produção agrícola após a seca verificada em 2005 e pelo crescente vigor da indústria da construção civil. O desempenho orçamental esteve acima do esperado. Aliado a uma prudente política monetária, tal resultado orçamental ajudou a baixar a taxa básica da inflação de um pico de 17,4%, em Abril de 2006, para 5,4% em Fevereiro de 2007. Isso contribuiu para a bem sucedida introdução da nova família de meticais. As perspectivas para 2007, e a longo prazo, permanecem favoráveis.

“Moçambique continua a implementar, com êxito, seu programa de reformas, apesar das graves cheias que afectaram algumas zonas do país no início de 2007. Todas as metas económicas previstas para o fim de Dezembro de 2006 foram alcançadas, com excepção da referente à base monetária, que apresentou aumento temporário por conta da reforma na moeda em circulação. Também houve progresso no fortalecimento da gestão pública da despesa, com a introdução do sistema informático da administração pública (e-SISTAFE).

“As autoridades moçambicanas solicitaram ao FMI um novo acordo, a ser iniciado mais adiante em 2007. O novo programa, sob a designação de Instrumento de Apoio a Políticas (PSI – *Policy Support Instrument*), corresponde a um arranjo de três anos com vista à consolidação da estabilidade macroeconómica e à manutenção da alta taxa de crescimento. O objectivo é reduzir ainda mais a pobreza, nos termos propostos pelo Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta II (PARPA II), e garantir o alcance dos Objectivos de

Desenvolvimento do Milénio (ODM), o que se espera conseguir por meio de saudáveis políticas fiscais e monetárias no contexto de um regime cambial flexível, de uma prudente gestão da dívida pública e da reforma nas finanças públicas. O governo procurará garantir que os sectores prioritários sejam objecto de 65% da despesa total. Em 2007, a realização desse objectivo exigirá um aumento substancial do número de trabalhadores da linha de frente, incluindo a contratação de 10.000 professores e 3.000 profissionais de saúde”.